

----- ATA Nº 4 -----

Aos sete dias do mês de março de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Grijó, sito na Alameda do Mosteiro, a Assembleia de Freguesia de Grijó e Sermonde reuniu em Sessão Extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Período de Intervenção do Público. -----

Ponto dois – Designação de duas pessoas, no cumprimento do art.º 17, alínea l) da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, que integrarão a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia Sul, no biênio 2014-2016. -----

Ponto três – Discussão e aprovação da 1ª Revisão orçamental com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2013. -----

Ponto quatro – Discussão e aprovação do plano de pagamentos plurianuais. -----

Ponto cinco – Conhecimento e tomada de posição sobre os relatórios definitivos resultantes da auditoria executada sobre a atividade das juntas de freguesia de Grijó e de Sermonde, respeitante ao quadriénio 2009-2013. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes elementos: -----

Pelo Partido Socialista: José Manuel de Almeida Couto, José Domingos Gonçalves Correia, Fernando José Alves Pereira, José Carlos da Costa Ferreira, Karina Sofia Valente Oliveira e Francisco Manuel de Jesus Silva, que tomou posse. -----

Pela Coligação Gaia na Frente: Rogério dos Santos Tavares, Paula Maria Leal Magalhães Dias Ferreira, Adelino Luís Neves Costa, Ana Sofia de Sousa Félix e Manuel Joaquim de Sousa Félix, que tomou posse. -----

Pelo Grupo Renovador Independente de Grijó-Sermonde: Joaquim Alberto da Silva Rocha.

Pela Coligação Democrática Unitária: Francisco Manuel Borges -----

Pelo executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes: Joaquim César Ramos Rodrigues, Gil Manuel Camarinha Costa, Rosa Margarida Rodrigues Sousa Neves, Maria João Costa e Manuel Quintas Sanhudo. -----

Dando início à reunião, o Sr. Presidente da Assembleia verificou os pedidos de substituição e convidou a Drª Karina Sofia Valente Oliveira para ocupar o lugar de primeira secretária. -



Entrando no ponto um – Período de Intervenção do Público – foi dada a palavra ao público, para intervenção, após inscrição para o efeito.-----

O Sr. Jorge Castro começou por interrogar o Sr. Presidente da Junta no sentido de saber se este já tinha alguma resposta sobre um requerimento que lhe havia enviado no passado mês de janeiro. Aproveitou o ensejo para alertar para problemas de iluminação pública no cruzamento ao lado do aterro sanitário.-----

O Sr. Adriano Neves, intervindo, sublinhou a necessidade de fazer chegar às instâncias judiciais o assunto da dívida deixada pelo anterior executivo da junta de freguesia de Grijó. Alertou, ainda, para a gravidade da situação das comunidades ciganas instaladas em Grijó, a ponte e a nascente da autoestrada. Em seu entender, este problema deve ser encarado e resolvido e estas comunidades devem ser consciencializadas das suas obrigações perante a sociedade, como o pagamento das suas contas de água e luz. Referiu que, em sua opinião, do lado da zona industrial justificava-se a criação de uma passadeira frente ao acampamento cigano ali existente. -----

O Sr. Miguel Santos, por seu turno, enfatizou a necessidade de rever e instalar sinalização adequada nas estradas em Sermonde.-----

Por sua vez, o Sr. José Ferreira sublinhou a necessidade de investir na sinalização que indique a entrada em Grijó e questionou o Sr. Presidente da Junta sobre a propriedade do Campo de Futebol de Sermonde e sobre o material utilizado para a requalificação das estradas da responsabilidade da Junta de Freguesia, sublinhando que importa resolver o problema de uma vez por todas, tapando os buracos seja com alcatrão seja com paralelos, como já se vem fazendo em algumas localidades, provenientes de outras estradas do município.-----

A fechar o período de intervenção do público, o Sr. João Vitoria questionou o executivo sobre o horário de funcionamento do posto de enfermagem, na Casa Teixeira, solicitando ser esclarecido, igualmente, sobre o eventual encerramento do aterro sanitário. -----

Respondendo às questões colocadas pelos intervenientes acabados de identificar, o Sr. Presidente da Junta informou o Sr. Jorge Castro de que ainda não tinha uma resposta conclusiva para lhe dar, na medida em que ainda não tinha havido disponibilidade para reunir com o engenheiro responsável pelos eventos que assinalou no requerimento enviado à Junta de Freguesia. Em relação à iluminação pública, esclareceu que muito recentemente



foram adotadas novas regras de comunicação de problemas à EDP, sendo que, a partir de agora, qualquer falha deve ser remetida, forçosamente, à Junta de Freguesia, que a comunicará à Câmara Municipal. -----

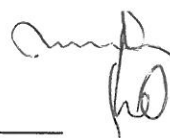
Em resposta ao Sr. Adriano Neves, o Sr. Presidente da Junta informou que a questão das comunidades ciganas se arrasta há muitos anos e que o assunto já tinha sido levado várias vezes a discussão na Assembleia Municipal. Disse estar inteiramente de acordo sobre o pagamento das despesas de água e luz, por parte das referidas comunidades, mas alertando que este assunto é da responsabilidade da EDP e das Águas de Gaia.-----

Respondendo ao Sr. Miguel Santos, referiu que está a fazer-se um levantamento das situações para a adequada sinalização das ruas quer em Grijó quer em Sermonde.-----

Quanto às questões levantadas pelo Sr. José Ferreira, o Sr. Presidente da Junta referiu que está a fazer-se, de igual forma, um levantamento das situações para uma adequada indicação toponímica da entrada em Grijó. Explicou que o terreno onde está a ser construído o complexo desportivo de Sermonde é privado, existindo um protocolo entre a Câmara Municipal e a Gaianima com a Tuna Juvenil de Sermonde. Por último, informou que a Junta de Freguesia forneceu à Câmara Municipal o nome das ruas prioritárias em Grijó e em Sermonde, sendo que na próxima semana esperava começar a reparação de duas dessas ruas.

Para concluir, respondendo ao Sr. João Vitoria, o Sr. Presidente informou que no próximo mês de abril o horário do posto de enfermagem iria sofrer alterações, tendo em conta o aumento do número de horas de abertura do centro de saúde de Grijó e o próprio horário deste serviço. Relativamente ao encerramento do aterro sanitário, entende que será progressivo, com novo aterro de Canedo, que se espera esteja concluído ainda no presente ano. -----

Entrando no ponto dois – Designação de duas pessoas que integrarão a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia Sul, no biénio 2014-2016 – o Sr. Presidente da Assembleia interpelou as diferentes bancadas, no sentido de saber se havia alguma proposta a apresentar. A bancada do Partido Socialista respondeu afirmativamente, pelo que foi apresentada e lida a respetiva proposta (anexo 1) com a identificação de duas eleitoras, inscritas no espaço geográfico de Grijó e Sermonde, a saber: Cristina de Oliveira Gomes e Isabel Maria Fisteus Tavares Santos, eleitoras n.º 14055 e 1105, respetivamente.



Abertas as inscrições para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Francisco Borges inquiriu, primeiro, sobre os critérios para a designação dos referidos elementos e, segundo, se só as pessoas integrantes da lista do Partido Socialista tinham capacidade para o referido cargo. -----

Do mesmo modo, intervindo, a Dr.^a Ana Sofia Félix questionou se os elementos sugeridos tinham formação adequada à assunção do cargo em discussão. -----

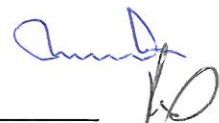
Por sua vez, o Sr. José Domingos Correia explicou que a escolha recaiu sobre estas duas pessoas em virtude de nelas se reconhecer conhecimento e experiência na área, dadas as profissões das mesmas: uma é professora e a outra animadora sociocultural, trabalhando ambas com crianças e jovens. -----

Submetida a proposta a votação, foi aprovada com os seguintes votos: doze a favor, das bancadas do Partido Socialista, Coligação Gaia na Frente e Grupo Renovador Independente de Grijó-Sermonde; uma abstenção, da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrando no ponto três – Discussão e aprovação da 1.^a Revisão orçamental com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2013 –, o Sr. Francisco Borges solicitou alguns esclarecimentos sobre os seguintes aspetos: dotação de verbas para pagamento das dívidas, afirmando que estas deviam ter uma rubrica própria no orçamento, já que, assim não sendo, seria impossível saber em que é que o dinheiro foi efetivamente gasto; necessidade de aumento de verbas para sinalização; quais os terrenos à venda e se haveria lugar à aquisição de viaturas. -----

A Dr.^a Ana Sofia Félix começou por afirmar ter dúvidas sobre a razão das alterações dos valores apresentados no orçamento aprovado a 27 de dezembro de 2013. Questionou, ainda, o executivo sobre a criação de hortas biológicas e quais os terrenos que poderiam gerar receitas. -----

-----Neste contexto, o Sr. Rogério Tavares pediu a palavra para explicar que não iria discutir este ponto da ordem de trabalhos uma vez que não recebeu previamente o documento para análise. De imediato, o Sr. Presidente da Assembleia pediu desculpa ao Sr. Rogério Tavares, reconhecendo que, sendo a documentação habitualmente enviada por correio eletrónico para os elementos das bancadas, como foi o caso, se esqueceu de entregar este documento na caixa postal do Sr. Rogério, sublinhando que tudo fará para que esta situação não se repita.



Em resposta às intervenções acima, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que não está escrito em sítio algum que os gastos referentes à dívida deixada pelo anterior executivo devam estar separados, em rubrica própria, e que as diferenças do orçamento aprovado com o que está a ser discutido prendem-se com a necessidade de pagar a dívida, na medida em que os compromissos estão a vencer, sendo preciso liquidez. Quanto às hortas comunitárias, informou que ainda há valor de dívida, concretamente à cooperativa agrícola, acrescentando que foram efetuados elevados gastos com limpeza de terreno particular, trabalho que a Câmara Municipal teria realizado gratuitamente. Quanto a terrenos que possam vir a gerar receita, identificou o dos Granhões, que está negociado com a FDO, desde o anterior executivo, e os terrenos que estão protocolados com a Câmara Municipal.

Interrompendo, o Sr. Rogério Tavares, afirmou que em relação ao terreno do Sr. Pais Lopes, se a Junta não assumisse a responsabilidade da respetiva limpeza teria ficado sem ele. Aproveitou, ainda, para informar que tem contactos de pessoas interessadas em comprar terrenos.-----

Submetida à votação, foi aprovada a 1ª Revisão orçamental com os seguintes votos: sete a favor, das bancadas do Partido Socialista e do Grupo Renovador Independente de Grijó-Sermonde; duas abstenções, da bancada da Coligação Gaia na Frente; quatro votos contra, das bancadas da Coligação Gaia na Frente e da Coligação Democrática Unitária. -----

Iniciada a apreciação do ponto quatro – Discussão e aprovação do plano de pagamentos plurianuais – o Sr. Francisco Borges interveio, afirmando não concordar com a forma de pagamento proposta e sugerindo que valores inferiores a 3.000 euros fossem pagos em 90 dias. Neste sentido, questionou se não havia verba disponível, por parte da Junta de Freguesia, para o pagamento integral de algumas dessas dívidas, e se havia sido ponderada a hipótese de renegociação.-----

Intervindo, também a Drª Ana Sofia Félix interrogou o executivo se havia confirmado a origem e veracidade dos valores em dívida. -----

Por fim, o Sr. Rogério Tavares tomou a palavra para sublinhar que o anterior executivo, a que presidiu, não tinha deixado qualquer dívida correspondente aos encargos com a ADSE, afirmando que não concordava com o plano de pagamentos em discussão. -----

Em resposta às intervenções acima, o Sr. Presidente da Junta começou por esclarecer que o plano de pagamentos diz respeito à dívida deixada pelo anterior executivo e que algumas



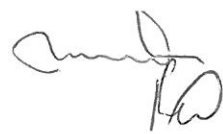
dívidas de baixo valor já tinham sido pagas. Disse, ainda, que os pagamentos cujos valores são inferiores a 3.000 euros perfazem um total de 141.000 euros, não sendo viável a sugestão de pagamento em 90 dias. Em relação aos encargos com a ADSE, sublinhou que, ao contrário do que afirmou o Sr. Rogério Tavares, existe uma dívida de 48.000 euros da responsabilidade do anterior executivo. Finalizou informando que aguarda uma resposta da Gaianima, sobre as dívidas e esta empresa municipal. -----

Neste momento, o Sr. Rogério Tavares afirmou que o atual executivo só pensa na dívida, ao que o Sr. Presidente da Junta respondeu lembrando que existem dívidas que podem mesmo constituir crime, como é o caso do não devido pagamento dos encargos com a ADSE. -----

Submetido à votação, foi o plano de pagamentos plurianuais aprovado com os seguintes votos: nove a favor, das bancadas do Partido Socialista, do Grupo Renovador Independente por Grijó e Sermonde e de dois membros da Coligação Gaia na Frente; três abstenções, de dois membros da Coligação Gaia na Frente e do membro da Coligação Democrática Unitária; um voto contra, do Sr. Rogério Tavares, da Coligação Gaia na Frente. -----

Entrando no quinto e último ponto da ordem de trabalhos – Conhecimento e tomada de posição sobre os relatórios definitivos resultantes da auditoria executada sobre a atividade das juntas de freguesia de Grijó e de Sermonde, respeitante ao quadriénio 2009-2013 – o Sr. Presidente da Assembleia começou por lembrar que se tratava de um assunto muito sensível, que poderia desencadear reações não desejáveis, não apenas por parte dos membros da Assembleia como do próprio público, pelo que pedia bom senso, o maior respeito de todos e a defesa intransigente do superior interesse de ambas as freguesias. -----

-----Passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para um enquadramento do ponto em discussão, este começou por elencar as razões que presidiram à decisão de efetuar uma auditoria às juntas de freguesia de Grijó e Sermonde, a saber: o município deu indicação de que todos os executivos que exerceram o seu mandato no quadriénio 2009-2013 deveriam ser auditados; impunha-se a verificação/correção de procedimentos internos e, tratando-se do fim de um ciclo e início de outro, importa garantir segurança a quem inicia funções. Posto isto, passou a projetar um documento em suporte digital, evidenciando as principais conclusões dos relatórios da auditoria a cada uma das juntas referidas e apresentando informações complementares, com vista a um cabal



esclarecimento de todos os presentes, em nome da total transparência e do rigor que se impõe, como lembrou. -----

Terminada esta exposição, sublinhou não restarem dúvidas de que a gestão do anterior executivo da Junta de Grijó é exemplo de má gestão e de gestão danosa.-----

Abertas as inscrições para a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia informou que a ordem das intervenções seria a da proporcionalidade de representação na Assembleia, pelo que se começaria pelos grupos menos representativos e, depois, os com maior número de eleitos. O Sr. Francisco Borges interveio para manifestar o seu desacordo com esta decisão e que deveria ser respeitada a ordem de inscrição. O Sr, Presidente da Assembleia frisou que essa era uma prática adotada em várias autarquias, pelo que procederia como havia informado. -----

Tendo recebido, entretanto, da bancada do Partido Socialista, um pedido de prorrogação dos trabalhos até mais sessenta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-o a votação, tendo sido aprovado com doze votos a favor, de todos os membros do Partido Socialista, de quatro membros da Coligação Gaia na Frente, do membro do Grupo Renovador Independente de Grijó-Sermonde, bem como do membro da Coligação Democrática Unitária, e um voto contra do Sr. Rogério Tavares que, justificando o seu sentido de voto, deu nota de que não poderia permanecer depois das vinte e quatro horas, por razões de ordem profissional. -----

O Sr. José Domingos Correia, fazendo uso da palavra, reiterou a ideia de que houve má gestão por parte do anterior executivo da Junta de Freguesia de Grijó.-----

Por sua vez, o Sr. Manuel Joaquim Félix referiu que não podia opinar, uma vez que não dispôs de tempo suficiente para leitura e apreciação dos relatórios, dada a sua extensão e complexidade, mas pedia um esclarecimento sobre a razão do aumento, que disse considerar significativo, no término do anterior mandato, da contribuição para as coletividades da freguesia de Sermonde, nomeadamente para associação de pais. Assinalou, ainda, um documento apresentado pelo Sr. Rodrigo Filipe, secretário do anterior executivo, documento apresentado no período definido para o contraditório às conclusões preliminares da auditoria, no qual se demarcava de muitos dos procedimentos e decisões desse mesmo executivo. ----

Tomando a palavra, também o Sr. Francisco Silva realçou as diferenças na gestão destas duas freguesias, questionando como tinha sido possível ocultar a dívida à própria



Assembleia de Freguesia. Em relação ao empréstimo contraído junto da CGD, em 2010, gostaria de conhecer o fim a que se destinou, uma vez que não existe documentação, contrato, de suporte. -----

Tomando a palavra, o Sr. Presidente da Junta começou por dizer que não responderá sobre os aspetos relacionados com a auditoria da Junta de Grijó, uma vez não teve quaisquer responsabilidades executivas nesse órgão. Em relação às questões relacionadas com a auditoria à Junta de Sermonde, a que presidiu no mandato em análise, explicou que o aumento da verba atribuída às várias associações prendeu-se com o facto de estar num fim de mandato, encontrarem-se devidamente cabimentadas no orçamento, aprovado na assembleia e protocoladas, o que, em sua opinião, reflete uma boa gestão.-----

Intervindo, o Sr. Francisco Borges lembrou que, embora esteja comprovada a dívida como consequência de má gestão, dívida que não deveria existir, terá sido certamente gerada ao longo dos últimos 12 anos de governação do Partido Socialista. Em relação a Sermonde, alertou para o baixo índice de execução dos protocolos, perguntando-se para onde foi desviado o dinheiro. Em sua opinião, acrescentou, houve mesmo um financiamento duvidoso à Tuna Juvenil de Sermonde, a cerca de 3 meses das eleições.-----

O Sr. Rogério Tavares informou que não leu os resultados da auditoria, tendo entregado os relatórios a uma técnica oficial de contas, para emissão de um parecer técnico, mas que esta não teve tempo de o fazer, pelo que assumia a sua responsabilidade numa dívida existente há 16 anos. Após esta intervenção, como havia justificado, abandonou os trabalhos. -----

O Sr. José Domingos disse estar plenamente convencido da intenção deliberada do anterior Presidente da Junta de Freguesia de Grijó em esconder a dívida, uma vez que o mesmo acabara de reconhecer que havia dívidas desde há 16 anos, curiosamente todos sob a sua presidência. Aqui chegado, sugeriu ao executivo que disponibilize os relatórios, para consulta, aos fregueses que o pretendam fazer. -----

O Sr. Francisco Silva referiu que mesmo que existisse dívida prévia, esta tinha sofrido um aumento substancial, de 200%, num espaço temporal de 9 meses, como se podia verificar pela análise dos dados da auditoria. -----

O Sr. Francisco Borges lembrou que a auditoria fica aquém do esperado, uma vez que não responde as questões levantadas, voltando a reforçar que no máximo ocorreu má gestão, mas não gestão danosa. -----



Tomando novamente a palavra, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que, como antigo presidente da Junta de Freguesia de Sermonde defendeu as decisões orçamentais tomadas, que sempre tiveram aprovação da respetiva assembleia, deixando claro que nunca houve qualquer desvio de dinheiro; o que aconteceu, sempre que necessário e justificadamente, foi a prática normal de movimentação de verbas entre rubricas, pelo que falar de desvio de dinheiro era absolutamente insultuoso e intolerável. -----

Interpelando novamente o Presidente da Junta, o Sr. Francisco Borges reiterou a sua opinião sobre os baixos índices no plano de execução dos protocolos da Câmara Municipal com a Junta de Sermonde, com desvio de dinheiro para pagamento de verbas para as quais não estava destinado, finalizando a sua intervenção com uma interrogação sobre as razões da auditoria à Junta de Sermonde, uma vez que verificou que, na opinião do presidente, tudo estaria muito bem. Concluiu a sua intervenção dizendo que as auditorias ficam aquém do esperado, porque nem justificam as dívidas nem dizem o que deveria ser feito.-----

O Sr. Presidente da Junta aproveitou este momento para informar que foi iniciado um processo de certificação da Junta de Freguesia de Grijó e Sermonde, como havia sido recomendado pelos auditores, e que os resultados da auditoria estariam disponíveis para consulta nas instalações da junta. -----

Neste momento, foi apresentada uma proposta de recomendação (anexo 2) conjunta, pelas bancadas do Partido Socialista e do Grupo Renovador Independente de Grijó-Sermonde, onde se recomendava ao executivo que, dada a complexidade das matérias a analisar e os indícios de irregularidades várias, fossem os relatórios enviados a diversas entidades, a saber: Inspeção-Geral das Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Tribunal de Contas e Serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Gaia, bem como a outras entidades supervisoras da legalidade e controlo da gestão autárquica que considere necessário, salvaguardando sempre os superiores interesses da Junta de Freguesia de Grijó e Sermonde e dos respetivos fregueses. -----

Submetida a votação, foi esta proposta aprovada com os seguintes votos: oito a favor, das bancadas do Partido Socialista, do Grupo Renovador Independente de Grijó-Sermonde e da Coligação Democrática Unitária; quatro abstenções da bancada da Coligação Gaia na Frente que, nesta altura, já não contava com a presença de um dos seus membros. -----

Nada mais havendo a tratar, eram zero horas e cinquenta e cinco minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente

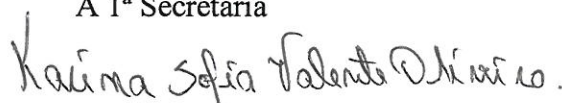
da Assembleia e pela 1ª secretária em exercício de funções. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto

A 1ª Secretária



Karina Sofia Valente Oliveira